

# Aula 5 – As Prerrogativas Profissionais como Garantia do Cidadão

Imagine-se em um jogo de xadrez onde, de repente, uma das peças-chave do seu adversário é impedida de se mover livremente ou de acessar informações cruciais sobre o tabuleiro. O que aconteceria com a partida? Ela se tornaria injusta, desequilibrada e, no limite, sem sentido. No universo jurídico, algo similar ocorre quando as prerrogativas profissionais da advocacia são desrespeitadas. Elas não são meros privilégios de uma classe, mas sim os movimentos essenciais que garantem a justiça e a defesa plena do cidadão.

Este tema é fundamental para qualquer um que aspire a atuar no campo do Direito ou que precise compreender a mecânica da justiça. Afinal, a efetividade da defesa de um direito, seja ele qual for, depende diretamente da liberdade e da autonomia com que o advogado pode exercer sua função. Sem essas garantias, a balança da justiça pende, e quem realmente perde é o cidadão que busca amparo legal.

Ao final desta aula, você será capaz de identificar o conceito e o fundamento das prerrogativas profissionais, compreender a importância da inviolabilidade do escritório e das comunicações, reconhecer o direito à comunicação reservada com o cliente e ao acesso a autos, entender a natureza alimentar dos honorários e, finalmente, valorizar o papel crucial da OAB na defesa dessas garantias. Prepare-se para desvendar como esses pilares sustentam a própria democracia e o Estado de Direito.

# O Que São Prerrogativas Profissionais e Por Que Elas Existem?

Muitas vezes, ao ouvir falar em "prerrogativas", a primeira imagem que surge é a de um privilégio ou de um benefício exclusivo para uma categoria. No entanto, no contexto da advocacia, essa percepção é um equívoco que precisa ser desfeito. As prerrogativas profissionais não são regalias concedidas aos advogados para seu próprio deleite ou para que se sintam superiores; elas são, na verdade, instrumentos indispensáveis para que a defesa do cidadão seja exercida de forma plena e independente.

Pense nelas como as ferramentas essenciais de um cirurgião. Sem bisturi, pinças e anestesia, por mais competente que seja o médico, ele não conseguirá realizar uma cirurgia com segurança e eficácia. Da mesma forma, sem suas prerrogativas, o advogado estaria de mãos atadas, incapaz de proteger os direitos de seus clientes diante das complexidades e, por vezes, das pressões do sistema judiciário.

Elas são a garantia de que o advogado poderá atuar sem temor, sem censura e sem interferências indevidas, assegurando que a voz do cidadão seja ouvida e respeitada.

A existência dessas prerrogativas é um reflexo direto da importância da advocacia para o funcionamento do Estado Democrático de Direito. A Constituição Federal, em seu artigo 133, eleva o advogado a uma posição de indispensabilidade à administração da justiça, reconhecendo que, sem ele, não há justiça plena. É nesse alicerce constitucional que as prerrogativas encontram seu fundamento mais sólido, servindo como um escudo protetor não do advogado em si, mas do direito de defesa que ele representa.

## Prerrogativas ≠ Privilégios

São **instrumentos de defesa** do cidadão, não benefícios pessoais do advogado.

# Fundamento e Natureza das Prerrogativas: Um Escudo para o Cidadão

Para compreender a verdadeira essência das prerrogativas, é crucial ir além da superfície e mergulhar em seu fundamento. Elas não nascem de um capricho corporativo, mas de uma necessidade intrínseca ao sistema de justiça. Se o advogado é a voz do cidadão perante o Estado, essa voz precisa ser livre, desimpedida e protegida de qualquer tentativa de silenciamento ou intimidação. É por isso que as prerrogativas são consideradas direitos do cidadão, exercidos por meio do advogado.



## Fundamento Constitucional

Art. 133 da CF: o advogado é **indispensável** à administração da justiça



## Base Legal

Lei nº 8.906/94 - Estatuto da Advocacia e da OAB



## Natureza Pública

Servem ao **interesse da sociedade**, não do advogado

Imagine um muro de proteção erguido em torno do cidadão que busca justiça. O advogado é o guardião desse muro, e as prerrogativas são os materiais que o tornam inabalável. Sem elas, o muro desmoronaria, deixando o cidadão exposto e vulnerável. A Lei nº 8.906/94, o Estatuto da Advocacia e da OAB, detalha essas garantias, transformando princípios constitucionais em normas claras e aplicáveis, que visam assegurar a independência e a autonomia do profissional.

A natureza das prerrogativas é, portanto, pública e instrumental. Pública porque servem ao interesse maior da sociedade, garantindo o acesso à justiça e a efetividade do devido processo legal. Instrumental porque são ferramentas para o exercício da profissão, não fins em si mesmas. Elas permitem que o advogado, ao defender seu cliente, esteja, na verdade, defendendo a própria ordem jurídica e os valores democráticos. É um compromisso com a justiça que transcende o caso individual e se projeta para o bem-estar coletivo.

# A Inviolabilidade do Escritório, Arquivos e Comunicações: O Santuário da Defesa

O escritório de advocacia é mais do que um simples local de trabalho; ele é um espaço sagrado para a defesa, um verdadeiro santuário onde a confiança entre advogado e cliente é construída e preservada. É ali que segredos são compartilhados, estratégias são traçadas e documentos sensíveis são guardados. A inviolabilidade desse espaço, bem como dos arquivos e das comunicações, é uma das prerrogativas mais emblemáticas e cruciais para a advocacia.

Pense no consultório de um médico ou no confessionário de uma igreja. Nesses locais, a privacidade e a confidencialidade são absolutas, permitindo que o paciente ou o fiel se abram sem receios. Da mesma forma, a inviolabilidade do escritório do advogado garante que o cliente possa expor sua situação sem medo de que suas informações sejam acessadas indevidamente por terceiros, incluindo autoridades. Essa proteção é vital para que o advogado possa obter todos os detalhes necessários para construir uma defesa robusta e eficaz.



# Proteção Legal da Inviolabilidade

A Lei nº 8.906/94 é clara ao estabelecer que o escritório ou local de trabalho do advogado, seus arquivos e dados, sua correspondência e suas comunicações são invioláveis. Isso significa que não podem ser violados, apreendidos ou inspeccionados, salvo em casos excepcionais e mediante ordem judicial específica e fundamentada, que deve indicar o objeto e a finalidade da busca e apreensão, e ser acompanhada por representante da OAB. Essa salvaguarda é um pilar da relação de confiança e do direito à ampla defesa.

01

---

## Regra Geral

Inviolabilidade **absoluta** do escritório, arquivos e comunicações

02

---

## Exceção Restrita

Ordem judicial **específica e fundamentada**

03

---

## Requisitos

Indicação clara do objeto e finalidade da busca

04

---

## Garantia

Presença **obrigatória** de representante da OAB

A inviolabilidade não é uma barreira intransponível para a justiça, mas sim um filtro que garante que as investigações sejam conduzidas com respeito aos direitos fundamentais. A exceção à regra da inviolabilidade, que permite a busca e apreensão, é estritamente regulamentada. A ordem judicial deve ser específica, indicando o objeto e a finalidade da medida, e deve haver indícios de que o advogado esteja envolvido em atividade ilícita, e não apenas defendendo um cliente.

## Papel da OAB

Mesmo quando a busca e apreensão é autorizada, a presença de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é obrigatória. Esse representante atua como um fiscal da legalidade, assegurando que a medida não exceda os limites da decisão judicial e que documentos e informações protegidos pelo sigilo profissional, que não se relacionem com a investigação, não sejam indevidamente acessados ou apreendidos.

## Exemplo Prático

Autoridades tentam apreender computadores em um escritório. Sem a devida ordem judicial e a presença da OAB, tal ato seria uma **violação grave**. A jurisprudência tem sido firme em coibir abusos, reforçando que a inviolabilidade é uma garantia para a defesa dos direitos individuais.



# Direito à Comunicação Pessoal e Reservada com o Cliente: O Elo Essencial

A relação entre advogado e cliente é alicerçada na confiança e na confidencialidade. Para que o advogado possa oferecer a melhor defesa possível, ele precisa ter acesso irrestrito e sem censura às informações fornecidas pelo cliente. É nesse contexto que o direito à comunicação pessoal e reservada se torna uma prerrogativa fundamental, garantindo que o diálogo entre ambos seja livre de interferências e monitoramento.

## Por que isso importa?

Se um cliente não puder conversar com seu advogado em **total sigilo**, ele poderá se sentir inibido em revelar detalhes cruciais para sua defesa, por medo de retaliação ou de que essas informações sejam usadas contra ele.

# Garantias da Comunicação Reservada

O Estatuto da Advocacia assegura ao advogado o direito de comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes estiverem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares. Essa prerrogativa é vital para garantir que, mesmo em situações de privação de liberdade, o cidadão tenha acesso à orientação jurídica e possa planejar sua defesa sem a interferência de agentes estatais. É um pilar da ampla defesa e do devido processo legal.

## Em Presídios e Delegacias

Conversa em local adequado, **sem presença** de agentes policiais ou carcereiros

## Em Salas de Audiência

Direito a conversas privadas antes e durante as audiências

## Em Ambientes Digitais

Proteção das trocas de mensagens e videoconferências contra monitoramento

A garantia da comunicação reservada se estende a diversos cenários, desde visitas a presídios até conversas em salas de audiência ou mesmo em ambientes digitais, onde a confidencialidade das trocas de mensagens e documentos deve ser igualmente protegida. A violação desse direito pode comprometer seriamente a estratégia de defesa e, conseqüentemente, a justiça do caso.

**Importante:** Qualquer tentativa de monitorar ou gravar a conversa entre advogado e cliente é uma violação direta da prerrogativa e pode configurar [abuso de autoridade](#).

Essa prerrogativa é tão essencial que sua violação pode configurar abuso de autoridade. A OAB atua de forma incisiva para coibir tais práticas, promovendo desagravos públicos e outras medidas para proteger a liberdade de comunicação entre advogado e cliente. É a certeza de que, mesmo nas situações mais adversas, o cidadão terá um canal de comunicação seguro e confidencial com seu defensor.

# Acesso a Autos de Inquérito e Processos, Mesmo Sem Procuração: A Transparência Necessária

Para que um advogado possa defender um cidadão de forma eficaz, ele precisa conhecer os fatos e as provas que compõem o caso. Isso significa ter acesso irrestrito aos autos de inquéritos policiais e processos judiciais. A prerrogativa de acesso, mesmo sem procuração, é um dos pilares da transparência e da paridade de armas no sistema de justiça, garantindo que a defesa não seja pega de surpresa.

Imagine tentar montar um quebra-cabeça sem ter todas as peças à sua disposição, ou pior, sem nem mesmo saber quais peças faltam. Seria uma tarefa impossível e frustrante. No contexto jurídico, negar ao advogado o acesso aos autos é como impedi-lo de ver as peças do quebra-cabeça, tornando a construção da defesa uma missão quase inviável.

O Estatuto da Advocacia garante ao advogado o direito de examinar autos de qualquer processo ou inquérito, em qualquer juízo, tribunal ou delegacia, mesmo sem procuração, e de obter cópias, ressalvadas as hipóteses de segredo de justiça. Essa é uma prerrogativa fundamental para que o advogado possa, por exemplo, verificar se há um inquérito contra um potencial cliente, analisar a situação de um familiar ou amigo, ou simplesmente estudar um caso de interesse público.



# Súmula Vinculante e Limites do Acesso

## Súmula Vinculante nº 14 do STF

"É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

A Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal reforça essa prerrogativa, estabelecendo que é direito do defensor ter acesso amplo aos elementos de prova já documentados. Isso significa que, uma vez que as provas são formalmente incluídas nos autos, o advogado tem o direito de acessá-las.



### Regra

Acesso amplo aos autos, mesmo **sem procuração**



### Exceção

Segredo de justiça ou diligências em andamento não documentadas



### Garantia

Restrição deve ser **excepcional e fundamentada**

É importante notar que existem limites a essa prerrogativa, especialmente em casos de segredo de justiça ou quando o acesso pode comprometer a eficácia de uma diligência ainda em andamento e não documentada. Contudo, mesmo nessas situações, a restrição deve ser excepcional e devidamente fundamentada, e não pode impedir o acesso a elementos já concluídos e documentados.

### Exemplo Prático

Um advogado é procurado por alguém que suspeita estar sendo investigado. Mesmo sem ter sido formalmente contratado (sem procuração), o advogado pode ir à delegacia ou ao fórum para verificar a existência do inquérito e ter acesso aos autos, se não estiverem sob segredo de justiça.

### Importância

Essa capacidade de antecipar e compreender a situação é crucial para uma **defesa proativa e eficaz**, protegendo o cidadão desde os primeiros indícios de um problema legal.

# A Valorização dos Honorários e a Sua Natureza Alimentar: O Sustento da Justiça

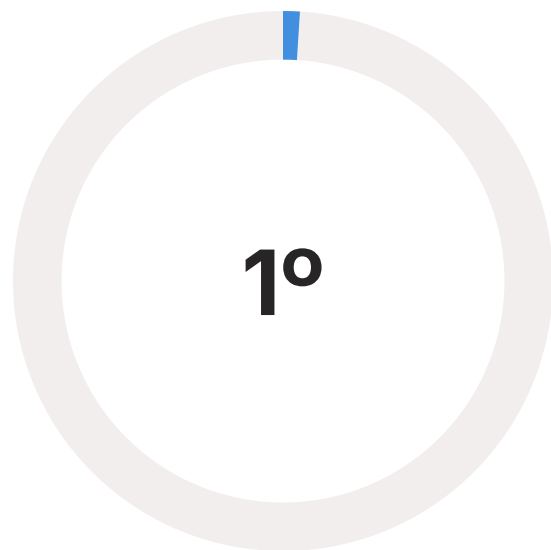
A advocacia, como qualquer outra profissão, é o meio de subsistência para milhares de profissionais. Os honorários advocatícios, que são a remuneração pelo trabalho do advogado, não são apenas um pagamento por um serviço; eles possuem uma natureza alimentar, ou seja, são essenciais para a manutenção da vida do profissional e de sua família. Reconhecer e valorizar essa natureza é fundamental para a dignidade da profissão e para a própria qualidade da prestação jurisdicional.

Imagine um padeiro que, após passar a noite assando pães, não recebe o valor justo por seu trabalho, ou tem seu pagamento atrasado indefinidamente. Como ele sustentará sua família e manterá sua padaria funcionando? Da mesma forma, a desvalorização ou o não pagamento dos honorários advocatícios não afeta apenas o bolso do advogado, mas compromete sua capacidade de dedicar-se integralmente à defesa dos direitos de seus clientes, podendo até mesmo inviabilizar sua atuação.



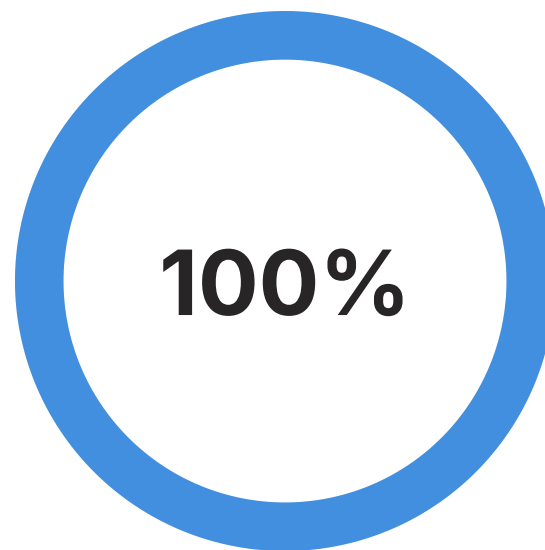
# Reconhecimento Legal e Valorização

O Estatuto da Advocacia e o Código de Processo Civil reconhecem expressamente a natureza alimentar dos honorários advocatícios. Isso significa que eles têm preferência no recebimento em relação a outros créditos, e sua cobrança possui ritos processuais específicos que visam garantir sua rápida satisfação. Essa prerrogativa assegura que o advogado possa viver de sua profissão com dignidade, sem depender de favores ou de outras fontes de renda que possam comprometer sua independência.



## Preferência

Honorários têm **prioridade** sobre créditos quirografários



## Essencial

Natureza alimentar reconhecida por lei



## Dignidade

Garantia de subsistência do profissional

A valorização dos honorários não é uma questão de ganância, mas de justiça e de reconhecimento da importância do trabalho do advogado. A OAB, por meio de suas tabelas de honorários, busca estabelecer parâmetros mínimos para a remuneração dos serviços advocatícios, servindo como referência para evitar o aviltamento da profissão. Embora essas tabelas não sejam obrigatórias para o cliente, elas são um guia importante para a negociação e para a fixação dos valores em juízo.

## Exemplo em Execução

Quando há múltiplos credores, os honorários advocatícios têm **preferência** sobre outros créditos, como os quirografários (sem garantia real). Em caso de escassez de bens, o advogado terá prioridade no recebimento.

## Impacto na Qualidade

Um profissional bem remunerado e com sua subsistência garantida tem mais condições de oferecer um **serviço de excelência**, em benefício direto do cidadão.

A luta pela valorização dos honorários é uma constante da OAB, que busca conscientizar a sociedade e o próprio Judiciário sobre a importância de remunerar adequadamente o trabalho do advogado. Afinal, um profissional bem remunerado e com sua subsistência garantida tem mais condições de oferecer um serviço de excelência, em benefício direto do cidadão que busca amparo legal.

# O Papel da OAB na Defesa Intransigente das Prerrogativas

Se as prerrogativas profissionais são o escudo do cidadão, quem defende esse escudo? É aqui que entra o papel fundamental da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A OAB não é apenas uma entidade de classe; ela é uma autarquia federal com a missão constitucional de defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pela defesa dos advogados.

Imagine um time de futebol sem um técnico ou um capitão que lute pelos direitos dos jogadores e pela integridade do jogo. Rapidamente, o time se desorganizaria e seria prejudicado. Da mesma forma, os advogados, individualmente, estariam vulneráveis a abusos e violações de suas prerrogativas se não houvesse uma instituição forte e atuante para defendê-los. A OAB é essa voz coletiva, esse guardião intransigente das garantias que permitem o exercício pleno da advocacia.



## Recebimento de Denúncias

Comissões específicas para receber e apurar violações de prerrogativas



## Ações Judiciais

Propositura de ações e intervenção em processos para garantir direitos



## Desagravos Públicos

Manifestações formais de solidariedade e repúdio a ofensas contra advogados



## Educação e Conscientização

Palestras, cursos e campanhas sobre a importância das prerrogativas

# Atuação Prática da OAB

A atuação da OAB na defesa das prerrogativas se manifesta de diversas formas. Desde a criação de comissões específicas para receber denúncias de violação, passando pela realização de desagravos públicos em favor de advogados que sofreram ofensas no exercício da profissão, até a propositura de ações judiciais e a intervenção em processos para garantir o respeito às prerrogativas. É uma vigilância constante e uma ação proativa para assegurar que o advogado possa atuar sem medo.

## O Desagravo Público

Quando um advogado é ofendido em razão do exercício de sua profissão, a OAB pode realizar um desagravo público, que é uma manifestação formal de solidariedade e repúdio à ofensa. Esse ato simbólico, mas poderoso, serve para restaurar a dignidade do profissional e reafirmar a importância da advocacia.

A OAB também desempenha um papel crucial na educação e conscientização sobre a importância das prerrogativas, tanto para os próprios advogados quanto para as autoridades e a sociedade em geral. Por meio de palestras, cursos e campanhas, a Ordem busca disseminar o entendimento de que a defesa das prerrogativas é, em última instância, a defesa do direito do cidadão de ter uma defesa justa e eficaz.

"Onde as prerrogativas são violadas, a justiça é comprometida e a liberdade individual é ameaçada. Por isso, o papel da OAB é inestimável e sua atuação é uma garantia para toda a sociedade."

## Termômetro Democrático

A defesa intransigente das prerrogativas pela OAB é um termômetro da saúde democrática de um país. Onde as prerrogativas são respeitadas, o Estado de Direito é forte e o cidadão tem seus direitos protegidos.



# Prerrogativas na Era Digital: Novos Desafios e Proteções

O avanço tecnológico e a digitalização de processos e comunicações trouxeram uma nova dimensão para o exercício da advocacia, e com ela, novos desafios para a proteção das prerrogativas. Se antes a inviolabilidade se concentrava no escritório físico e nos documentos em papel, hoje ela se estende aos dados armazenados em nuvem, às comunicações por aplicativos de mensagens e e-mails, e à própria atuação do advogado em ambientes virtuais.

Imagine que seu escritório não é mais apenas um local físico, mas também um conjunto de dados e comunicações que trafegam pela internet. Como garantir a inviolabilidade e a confidencialidade nesse ambiente etéreo? O problema é que as violações podem ocorrer de formas mais sutis e difíceis de detectar, como o acesso indevido a sistemas, a interceptação de comunicações digitais ou a apreensão de dispositivos eletrônicos sem as devidas garantias legais.

# Adaptação das Prerrogativas ao Mundo Digital

A aplicação das prerrogativas no ambiente digital exige uma interpretação atualizada do Estatuto da Advocacia. A inviolabilidade do escritório, por exemplo, deve ser estendida aos servidores e plataformas digitais onde o advogado armazena informações de seus clientes. Da mesma forma, o direito à comunicação pessoal e reservada deve abranger as trocas de mensagens e videoconferências, que precisam ser protegidas contra monitoramento.



## Armazenamento em Nuvem

Inviolabilidade estendida a servidores e plataformas digitais



## Comunicações Digitais

Proteção de mensagens, e-mails e videoconferências



## Dispositivos Eletrônicos

Busca e apreensão com as mesmas garantias do mundo físico



## Marketing Digital Ético

Provimento nº 205/2021 do CFOAB estabelece limites éticos

As "Informações Atualizadas e Tendências Incorporadas" mencionadas na entrada de dados, como o Provimento nº 205/2021 do CFOAB sobre marketing jurídico digital, são um exemplo claro de como a OAB se adapta aos novos tempos. Embora o provimento trate de publicidade, ele indiretamente toca nas prerrogativas ao estabelecer limites éticos para a atuação do advogado no ambiente digital, garantindo que a busca por clientes não avilte a profissão nem comprometa a dignidade da advocacia.

### Atuação da OAB no Digital

A OAB tem se posicionado ativamente na defesa das prerrogativas digitais, buscando garantir que as mesmas proteções do mundo físico sejam aplicadas no virtual. Isso inclui a exigência de ordens judiciais específicas para acesso a dados digitais e a presença de representantes da OAB em buscas e apreensões de equipamentos eletrônicos.

A conexão entre as prerrogativas e as tendências de 2025 reside na necessidade de um arcabouço legal e ético robusto que acompanhe a evolução tecnológica. A advocacia do futuro será cada vez mais digital, e a garantia de que o advogado possa exercer sua função com independência e sigilo nesse ambiente é crucial para a manutenção do Estado de Direito e para a proteção dos direitos do cidadão.

# Consolidação e Aplicação Prática

## Prerrogativas = Garantia do Cidadão

Chegamos ao final de nossa jornada sobre as prerrogativas profissionais. Vimos que elas não são privilégios, mas sim garantias essenciais para que o advogado possa exercer sua função de forma plena e independente, servindo como um escudo protetor para o cidadão. Desde a inviolabilidade do escritório e das comunicações até o acesso a autos e a valorização dos honorários, cada prerrogativa é um pilar que sustenta a justiça e a democracia. A OAB, como guardiã dessas garantias, desempenha um papel insubstituível na defesa da advocacia e, conseqüentemente, dos direitos de todos.

### **Inviolabilidade**

Escritório, arquivos e comunicações protegidos

### **Comunicação Reservada**

Diálogo livre e confidencial com o cliente

### **Acesso aos Autos**

Transparência e paridade de armas

### **Honorários Alimentares**

Dignidade e sustento do profissional

### **Defesa da OAB**

Guardiã intransigente das garantias

---

## Em prática

Compreender as prerrogativas permite que você, como futuro profissional ou cidadão, identifique abusos e saiba como agir. Ao se deparar com uma situação de violação, denuncie à OAB. Valorize o trabalho do advogado, pois ele é a voz da justiça. Lembre-se que a defesa das prerrogativas é a defesa do seu próprio direito de ter uma defesa justa e eficaz.

# Autoavaliação

## Questões Objetivas

**1 Qual a principal razão pela qual as prerrogativas profissionais são consideradas essenciais à advocacia?**

- a) Para garantir privilégios financeiros aos advogados.
- b) Para assegurar a independência e a eficácia da defesa do cidadão.
- c) Para limitar o acesso da população à justiça.
- d) Para fortalecer o poder judiciário em detrimento da advocacia.

**3 O direito do advogado de comunicar-se pessoal e reservadamente com seu cliente, mesmo sem procuração, é especialmente relevante quando o cliente está:**

- a) Em seu domicílio, para evitar a presença de familiares.
- b) Em audiência judicial, para não ser ouvido pelo juiz.
- c) Preso, detido ou recolhido em estabelecimentos civis ou militares.
- d) Em reunião com a parte contrária, para mediar um acordo.

**2 A inviolabilidade do escritório de advocacia, arquivos e comunicações pode ser excepcionalmente afastada em qual das seguintes situações?**

- a) A qualquer momento, por ordem de um delegado de polícia.
- b) Somente em casos de flagrante delito, sem necessidade de ordem judicial.
- c) Mediante ordem judicial específica e fundamentada, com acompanhamento da OAB.
- d) Por decisão unilateral do Ministério Público, em qualquer investigação.

**4 A natureza alimentar dos honorários advocatícios significa que:**

- a) Eles devem ser pagos em alimentos, e não em dinheiro.
- b) São essenciais para a subsistência do advogado e de sua família.
- c) Podem ser descontados diretamente da folha de pagamento do cliente.
- d) Não podem ser cobrados em ações de alimentos.

### Gabarito

**1. b | 2. c | 3. c | 4. b**

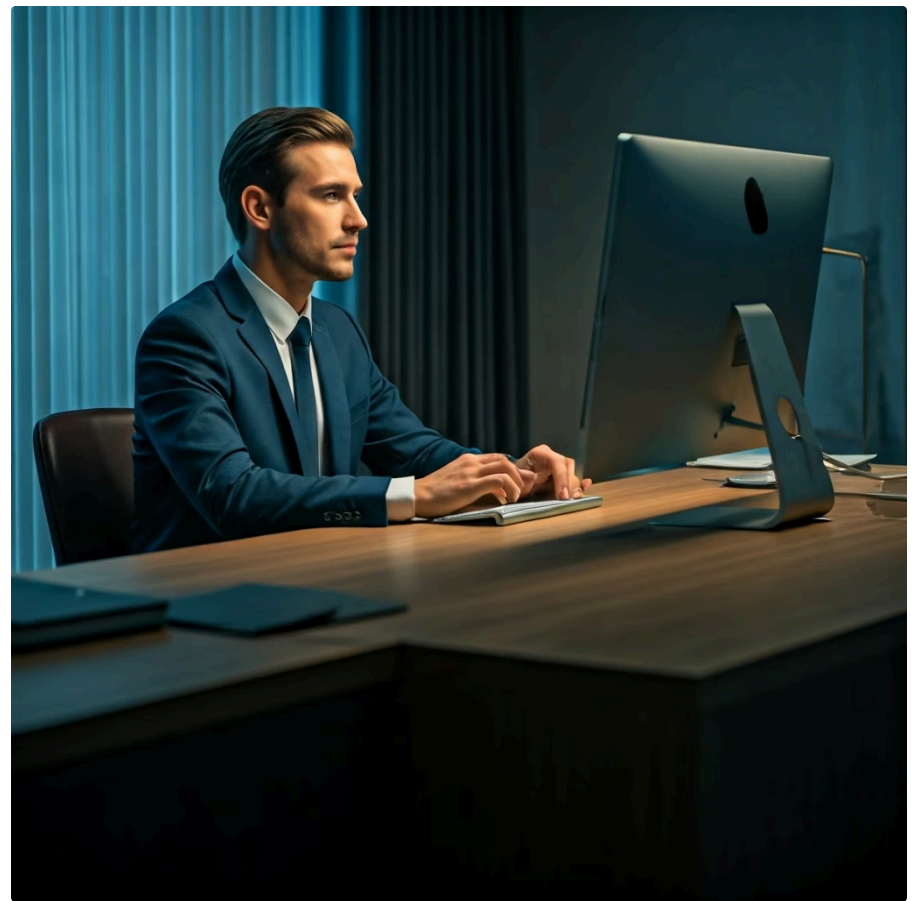
## Questão Discursiva

Explique como a atuação da OAB na defesa das prerrogativas profissionais contribui diretamente para a manutenção do Estado Democrático de Direito e para a proteção dos direitos fundamentais do cidadão, citando pelo menos duas formas de atuação da Ordem.

# Próximos Passos

## Conexão com a Próxima Aula

Na próxima aula, "**Aula 6 – Publicidade, Marketing Jurídico e Captação de Clientela**", exploraremos os limites éticos e as novas possibilidades que o Provimento nº 205/2021 do CFOAB trouxe para a comunicação da advocacia no ambiente digital, um tema que se conecta diretamente com a dignidade da profissão e a valorização das prerrogativas que estudamos hoje.



## Recursos Adicionais



### **Estatuto da Advocacia e da OAB**

Lei nº 8.906/94 - Para consulta da legislação fundamental sobre as prerrogativas



### **Código de Ética e Disciplina da OAB**

Para aprofundar nos deveres e direitos éticos da profissão



### **Súmula Vinculante nº 14 do STF**

Para entender o alcance do acesso a autos de inquérito



**NOTA IMPORTANTE:** As informações regulatórias/legais/técnicas desta aula estão atualizadas até 2025. Consulte sempre fontes oficiais para verificar alterações.